

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 61.734 - RS (2019/0258228-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : **SERGIO SEQUEIRA LAURINO**  
**ADVOGADOS** : **MARCO ANTONIO ESTIMA ANTONACCI - RS015318**  
VICENTE TOUGUINHA ANTONACCI - RS084045  
CLAUDIA FERNANDES FERREIRA - RS094024  
VINICIUS MARASCIULO DIAS BASTOS - RS109510  
SERGIO SEQUEIRA LAURINO - RS083953  
**RECORRIDO** : **ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**ADVOGADO** : **PAULA FERREIRA KRIEGER - RS057189**  
**INTERES.** : **IVONE DA MOTTA DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO** : **REINALDO OLIVEIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR - RS064520**

**DECISÃO**

Cuida-se de **recurso ordinário em mandado de segurança** interposto por SERGIO SEQUEIRA LAURINO contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS) que, em sede de agravo interno, manteve o indeferimento da petição inicial do remédio heroico.

Na exordial alega-se que o Impetrante atua como advogado de Claudio Castanheira Dias, tendo oposto embargos à execução, os quais tramitam na 1ª Vara Cível da Comarca de Pelotas/RS. Assevera-se que, naqueles autos, o il. Magistrado de proferiu decisão (fls. 105) decretando que o ora impetrante perderia o direito de vista do processo fora do cartório, com arrimo no art. 234 do CPC/15.

Apontando tal decisão como ato coator, SERGIO SEQUEIRA LAURINO impetrou mandado de segurança afirmando, entre outros argumentos, que "(...) **a AUTORIDADE COATORA vedou a carga de processo a advogado devidamente constituído sem qualquer fundamento fático, ferindo de morte o direito líquido e certo do IMPETRANTE de promover a devida defesa de seu cliente!**" (fls. 07 - destaques no original).

Aduz, também, que "(...) **embora a decisão ora atacada tenha sido proferida em 20.11.2017, o IMPETRANTE jamais fora intimado de seu conteúdo, sendo surpreendido, em 09.08.2018, ao direcionar-se ao Cartório da 1ª Vara Cível de Pelotas/RS para fazer carga do processo em questão, tendo sido impedido de o**

fazê-lo" (fls. 08 - destaques no original).

O em. Desembargador Relator indeferiu a petição inicial do *mandamus*, conforme decisão assim ementada (fls. 113):

"MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VEDAÇÃO DE CARGA DOS AUTOS. EXISTÊNCIA DE RECURSO ESPECÍFICO NA LEI PROCESSUAL (ART. 1015 § ÚNICO DO CPC). INDEFERIMENTO DA INICIAL. DESCABIMENTO DA UTILIZAÇÃO DO REMÉDIO PROCESSUAL. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA."

Sobreveio o manejo de agravo interno (fls. 129-137), que foi desprovido pelo, nos termos do v. acórdão assim ementado (fls. 154):

"AGRAVO INTERNO EM FACE DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU O MANDADO DE SEGURANÇA. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. VEDAÇÃO DE CARGA DOS AUTOS. EXISTÊNCIA DE RECURSO ESPECÍFICO NA LEI PROCESSUAL (ART. 1015 § ÚNICO DO CPC). INDEFERIMENTO DA INICIAL. DESCABIMENTO DA UTILIZAÇÃO DO REMÉDIO PROCESSUAL. PETIÇÃO INICIAL INDEFERIDA. UNÂNIME. RECURSO DESPROVIDO."

Irresignado, SERGIO SEQUEIRA LAURINO manejou o recurso ordinário (fls. 170-188), no qual, além de reiterar os argumentos da exordial, afirma que "(...) *a própria inicial do presente feito refere que a impetração de Mandado de Segurança, embora seja excepcional, é permitida pela jurisprudência pátria, especialmente do STJ e do STF, quando há cristalinas ilegalidades ou haja risco de dano irreparável ou de difícil reparação, ainda que cabível recurso judicial*" (fls. 179 - destaques no original).

Defende, também, que ficou "(...) constatada a ilegalidade da decisão do RECORRIDO, eis que não cumpriu o disposto no artigo 234 do Código de Processo Civil, enquadra-se o presente Mandado de Segurança na hipótese excepcional de impetração admitida pela jurisprudência deste Egrégio Superior Tribunal de Justiça" (fls. 180 - destaques no original).

Aponta, ainda, violação ao art. 1.021, § 3º, do CPC/2015, ao argumento de que o acórdão recorrido tem como fundamentação a mera reprodução da decisão monocrática que indeferiu a petição inicial do *mandamus*.

Instado a se manifestar, o d. Ministério Público Federal assentou que não era necessária sua intervenção (*vide* fls. 244-246).

É o relatório. Decido.

Rejeita-se, inicialmente, a alegada ofensa ao art. 1.021, § 3º, do CPC/2015. Com efeito, o acórdão ora recorrido ao negar provimento ao agravo interno tem como fundamentação a motivação já apresentada na decisão singular para indeferir a inicial do *mandamus*. No entanto, compulsando os autos, verifica-se que as razões do referido agravo interno (fls. 129-137) praticamente repetem os argumentos trazidos na exordial do remédio heroico. De fato, a interpretação a tal norma não pode ser gramatical, a ponto de exigir que o magistrado, ao julgar o agravo interno, apresente novos fundamentos jurídicos para manter a decisão agravada, quando a parte Agravante não apresenta fundamentos jurídica adequada a ensejar a alteração de entendimento. Nesse mesmo sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

*"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. NULIDADE DO ACÓRDÃO. TODOS OS ARGUMENTOS FORAM ANALISADOS DE FORMA CLARA E FUNDAMENTADA. EMBARGOS REJEITADOS.*

(...)

*2. Deve-se interpretar o comando do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015 em conjunto com a regra do art. 489, § 1º, IV, do mesmo diploma. Na hipótese em que a parte insiste na mesma tese, repisando as mesmas alegações já apresentadas em recurso anterior, sem trazer nenhum argumento novo - ou caso se limite a suscitar fundamentos insuficientes para abalar as razões de decidir já explicitadas pelo julgador - não se vislumbra nulidade quanto à reprodução, nos fundamentos do acórdão do agravo interno, dos mesmos temas já postos na decisão monocrática.*

(...)

*4. Embargos de declaração rejeitados."*

(EDcl no AgInt no AREsp 1411214/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 20/08/2019 - g. n.)

*"PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO INTERNO. REPETIÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO MONOCRÁTICA. VIOLAÇÃO DO ART. 1.021, § 3º, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA. OMISSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. ART. 1.022 DO CPC/2015. AFASTAMENTO.*

(...)

*III - Ocorrendo a manutenção dos fundamentos que serviram de*

*base para a decisão monocrática ou venha o recorrente a suscitar fundamentos insuficientes para mitigar as razões de decidir já explicitadas pelo julgador monocrático, apresenta-se válida a reprodução dos argumentos anteriormente expendidos, não estando caracterizada a inobservância do art. 1.021, § 3º, do CPC/2015. Precedentes: EDcl no AgInt no REsp n. 1.687.409/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 25/3/2019 e EDcl no AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.227.019/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 22/10/2018.*

*IV - Agravo conhecido para negar provimento ao recurso especial." (AREsp 1020939/RS, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 13/05/2019 - g. n.)*

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SÚMULA N. 568/STJ. APLICABILIDADE. REPRODUÇÃO DE FUNDAMENTOS EM DECISÃO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS TRAZIDOS PELA PARTE. POSSIBILIDADE. (...) ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO. (...)*

*III - O STJ possui o entendimento de que a vedação relativa à reprodução de fundamentos constante do art. 1.021, § 3º, do CPC/15 '[...] não pode ser interpretada no sentido de se exigir que o julgador tenha de refazer o texto da decisão agravada com os mesmos fundamentos, mas outras palavras, mesmo não havendo nenhum fundamento novo trazido pela agravante na peça recursal' (EDcl no AgRg nos EREsp 1.483.155/BA, Rel. Min. Og Fernandes, Corte Especial, DJe 03.08.2016).*

*(...)*

*X - Agravo Interno improvido."*

*(AgInt nos EDcl no REsp 1712330/MG, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 20/09/2018 - g. n.)*

Quanto ao cabimento do writ, melhor sorte não socorre ao recorrente/impetrante.

Como sabido, a Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009), em seu art. 5º, II, disciplina que "*não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo*".

Impende salientar, ainda, neste mesmo sentido o teor da Súmula 267/STF, *in verbis*:

*"Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de*

*recurso ou correição".*

No caso em exame, o eg. TJ-RS ao negar provimento ao agravo interno, corroborou decisão que indeferiu a inicial do *mandamus*, assentando que era cabível agravo de instrumento, recurso próprio com possibilidade de atribuição de efeito suspensivo. A título elucidativo, transcreve-se o seguinte excerto do v. Acórdão recorrido (fls. 156-159):

*"Na hipótese, insurge-se o recorrente contra decisão monocrática proferida nos seguintes termos:*

*De plano adianto que estou em indeferir a petição inicial.  
O Mandado de Segurança é disciplinado pela Lei 12.016/2009. Dispõe o art. 1º da referida Lei:*

*Art. 1º. Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.*

*Segundo o art. 5º, inciso II, da Lei 12.016/2009, e Súmula 267 do STF, descabe mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo:*

*Art. 5º: Não se concederá mandado de segurança quando se tratar:*

*[...] II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo;*

*[...]. Não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição.*

*Art. 1015. Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre:*

*(...) Parágrafo único. Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.*

*Em outras palavras, a decisão interlocutória que vedou a carga dos autos da execução é atacável via recurso de agravo de instrumento, conforme prevê o parágrafo único do art. 1.015 do CPC.*

*(...)*

*Existindo, portanto, recurso adequado – com previsão de efeito suspensivo – para busca da pretensão deduzida, deveria o impetrante, quando teve ciência da decisão, que segundo a certidão à fl. 108 ocorreu em 09/08/2018, ter interposto agravo de instrumento.*

*Assim, é de ser indeferida a petição inicial, com fundamento no artigo 5º, inciso II, da Lei 12.016/2009, combinado com artigo 485, inciso I e artigo 330, inciso I, ambos do CPC.*

*Isto posto, indefiro a petição inicial do mandado de segurança, com base no artigo 5º, inciso II, da Lei 12.016/2009.*

*(...)*

***Cumpre destacar, ademais, que, muito embora, tenha o atual Código de Processo Civil inserido, no ordenamento jurídico brasileiro, nova regra a respeito do agravo interno, prevendo, a partir de sua vigência, ser vedado ao relator limitar-se à reprodução dos fundamentos da decisão agravada para julgar improcedente o agravo interno, na situação específica destes autos, tem-se por inviável qualquer julgamento que se mostre alheio ao desprovimento da insurgência com base nas razões de decidir lançadas quando da análise singular.***

*Nesse sentido, mostrando-se as razões do presente recurso como clara reiteração dos argumentos anteriormente deduzidos pela parte – e já apreciados, nos termos supra – por esta julgadora, a manutenção do decisum, tal qual proferida é medida que se impõe." (g. n.)*

Com efeito, não se infere motivos para a reforma do v. acórdão estadual, na medida em que contra o ato coator era cabível a interposição de recurso próprio com previsão de concessão de efeito suspensivo, qual seja, o agravo de instrumento, nos termos do art. 1.015, parágrafo único, do CPC/15.

Nesse contexto, vislumbra-se que o impetrante, ora recorrente, utiliza-se do mandado de segurança como sucedâneo recursal, pretensão que encontra óbice no art. 5º, II, da Lei n. 12.016/2009 e na mencionada Súmula n. 267/STF, como de depreende da leitura dos seguintes julgados:

***"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO JUDICIAL - INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 267/STF - INIDONEIDADE DA VIA MANDAMENTAL.***

***1. O mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo do recurso legalmente cabível, sendo medida excepcional e extrema, admissível somente em casos de ilegalidade ou abuso de poder, por parte do prolator do ato processual impugnado.***

***2. Agravo regimental não provido."***

***(AgRg no RMS 47.766/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 1/2/2016 - g. n.)***

*"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA - IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO JUDICIAL PASSÍVEL DE RECURSO ESPECÍFICO - INEXISTÊNCIA DE TERATOLOGIA - INCIDÊNCIA DA SÚMULA 267/STF - INIDONEIDADE DA VIA MANDAMENTAL.*

*1. O mandado de segurança não pode ser utilizado como sucedâneo do recurso legalmente cabível, sendo medida excepcional e extrema, admissível somente em casos de ilegalidade ou abuso de poder, por parte do prolator do ato processual impugnado.*

*2. No caso dos autos, o ora agravante impetrou ordem em mandado de segurança a fim de questionar ordem judicial que determinou a retirada de bens de imóvel que foi objeto de hasta pública, sob às suas expensas. Nesse contexto, o eg. Tribunal de origem bem ponderou a incidência da Súmula 267 do STF porquanto, cabível, na hipótese, a interposição de agravo de instrumento. Precedentes.*

*2. Agravo regimental desprovido."*

(AgRg no AgRg no RMS 33.541/PR, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 05/05/2015, DJe 12/05/2015 - g. n.)

Com essas considerações, tem-se que o presente recurso não merece prosperar.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso ordinário.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator